

Centro: Jurídicas

Curso: Direito

Título: POBREZA E ASSISTÊNCIA PÚBLICA E PRIVADA EM MINAS GERAIS (1888-1923).

Autores: Braga, V.L. F.

Email virna.ligia@gmail.com

IES: FESJF

Palavra Chave: Pobreza Assistência Estado Caridade Sociedade

Resumo:

Esta comunicação objetiva apontar os avanços realizados na pesquisa de doutorado, intitulada “Pobreza e Assistência Pública e Privada em Minas Gerais (1888-1923)”, a partir dos dados coletados nos Relatórios dos Presidentes de Província mineiros, fontes datadas de 1830 a 1930. Os relatórios permitem afirmar que a caridade e a filantropia desempenhavam papel fundamental na assistência aos pobres em Minas Gerais. Tal situação tende a sofrer progressivas transformações, principalmente a partir do aumento considerável do número de desvalidos, devido às mudanças econômicas e sociais advindas do processo de industrialização, urbanização e imigração. Sem acesso a terra e sem condições de manter sua subsistência, milhares de pessoas se dirigiram para os centros urbanos em busca de trabalho, o que resultou em uma enorme massa de pauperizados que passou a preocupar tanto a sociedade quanto o poder público. Num primeiro momento, não havia a presença do Estado para prover e organizar o auxílio aos “desafortunados” e, deste modo, foi a sociedade – ao sentir-se ameaçada pelo crescimento do número de pobres – quem se mobilizou para tentar solucionar a questão. Irmandades religiosas, membros da própria Igreja, fiéis filantropos, entre outros, acabam por assumir a liderança sobre as ações de socorros aos miseráveis. Em um segundo momento, o poder público deu início a uma série de ações voltadas para a assistência aos pobres e desvalidos, e os municípios assumiram o recolhimento das doações e sua distribuição. Além disso, fiscalizavam e cobravam impostos direcionados aos socorros em geral. A caridade e a filantropia eram fiscalizadas e organizadas pelo poder público. Cabia ao poder público mineiro cuidar para que as doações fossem utilizadas da melhor forma possível. A fiscalização era rígida e deviam ser produzidos relatórios anuais, e após 1889 bienais, por parte das associações de caridade e instituições de auxílio. Portanto, tais fontes podem responder às seguintes questões: quem iria assumir a ajuda aos pobres com o advento da República, já que tal sistema pressupunha certa autonomia estadual? Qual o impacto da atuação da filantropia em Minas? Como ocorria, na prática, a relação de reciprocidade entre doador e receptor? Como se deu o controle do estado sobre os recursos assistenciais privados? O conjunto documental consiste em relatórios, correspondências, balancetes financeiros, uma diversidade de fontes que abarcam as finanças e gastos do estado de Minas Gerais com seus desvalidos, como também permitem ao historiador a análise do perfil institucional e beneficente da assistência no estado.